

Existe um pensamento econômico brasileiro?

Daniel do Val Cosentino
Roberto Pereira Silva
Thiago Fontelas Rosado Gambi

Introdução

Existe um pensamento econômico brasileiro? A questão, do mesmo modo colocada por Faoro (1987) – *Existe um pensamento político brasileiro?* – envolve duas proposições: o pensamento econômico e, especificamente, o pensamento econômico brasileiro. Entender estes dois aspectos é o fio condutor deste trabalho.

Este capítulo inicial propõe uma discussão sobre a possibilidade e os problemas de reconstituir historicamente um pensamento econômico nacional. As questões propostas aqui indicam nossa inquietação com o *por que* e o *como* fazer pesquisas sobre o pensamento econômico brasileiro. Acreditamos que a discussão feita neste capítulo e, eventualmente, o diálogo oriundo dela, possa contribuir para clarear o caminho de quem escolheu a reconstituição histórica de um pensamento econômico nacional como tema de investigação.

No campo da economia, tal reconstituição adquire sentido somente na crítica à pretensa universalidade da teoria econômica, bem como na afirmação de um pluralismo metodológico que aceite uma abordagem histórica do pensamento econômico capaz de contemplar aspectos geográficos, políticos, culturais e sociais. Por isso, a primeira parte do capítulo reflete sobre o significado de um pensamento econômico nacional no quadro da construção de teorias econômicas universais, enfatizando a relação entre metodologia da economia e pensamento econômico.

O ponto de partida dessa reflexão é a distinção entre análise econômica e pensamento econômico feita por Schumpeter em sua *História da Análise Econômica*, livro publicado originalmente em 1954. Tal distinção remete justamente à questão da universalidade do conhecimento econômico. Como a análise econômica tem pretensão caráter universal, haveria espaço apenas para uma história do pensamento econômico, aquela que reconstruiria sua evolução teórica até a fronteira do conhecimento na contemporaneidade.

As especificidades teóricas e conceituais que podem ser referidas a determinada nacionalidade são negligenciadas simplesmente porque não fazem sentido no quadro dessa opção metodológica. Assim, apresentamos em primeiro plano a discussão sobre a

possibilidade de reconstituir historicamente pensamentos econômicos nacionais e a abriremos colocando em questão a distinção entre análise econômica e pensamento econômico. Discutida a possibilidade de reconstituir historicamente pensamentos econômicos nacionais, a segunda parte do capítulo enfrenta mais especificamente a relação entre pensamento econômico e nacionalidade. Quais seriam as implicações metodológicas se não distinguíssemos análise econômica e pensamento econômico ao historiar o pensamento econômico? A maior implicação, a nosso ver, seria justamente a necessidade de considerar a nacionalidade na reconstituição histórica do pensamento econômico. A seguir, propomos uma reflexão sobre problemas concretos que poderiam aparecer na reconstituição de um pensamento econômico nacional. Como defini-lo? Que critérios adotar para selecionar aqueles que pensavam as questões econômicas num país? Como tratar sua vinculação ao pensamento econômico produzido internacionalmente? A terceira parte do capítulo, a partir do caso do pensamento econômico brasileiro no século XIX, sugere possíveis soluções para esses questionamentos.

Nas considerações finais, reafirmamos a necessidade de considerar o pluralismo metodológico ao tratar da possibilidade de reconstituir historicamente pensamentos econômicos nacionais, assim como, apesar das dificuldades, a conveniência de fazê-lo. Acreditamos que tal reconstituição histórica considera de modo mais coerente as realidades nacionais e o domínio desse conhecimento abre, para os países periféricos, uma alternativa à subordinação ao centro na produção de ideias econômicas.

1. A possibilidade de reconstituir historicamente pensamentos econômicos nacionais

A distinção entre pensamento econômico e análise econômica nos remete à obra de Schumpeter já referida na introdução.¹ Logo no início de seu livro, discutindo a questão do método, o autor austríaco, ao buscar justificar o estudo da história na economia, argumenta que “a matéria econômica é um processo histórico único, de modo que, a largo alcance, a economia de diferentes épocas trata de diferentes conjuntos de fatos e problemas”. Entretanto, a seguir, afirma que “a economia científica não carece

¹ Subjaz a essa distinção a questão da cientificidade da economia, explicitada no final do século XIX e início do XX. Ela aparece, por exemplo, nos trabalhos de Menger ([1883] 1985) e Schmoller, que se envolveram na chamada Batalha dos Métodos, e de Neville Keynes ([1890] 1999), na discussão sobre a positividade e normatividade em economia. Neste trabalho, consideramos apenas a obra de Schumpeter por se situar especificamente no campo da história do pensamento econômico.

de continuidade histórica” e, por essa razão, seu objetivo principal com a obra seria descrever “o processo pelo qual o esforço dos homens para compreender o fenômeno econômico produz, aperfeiçoa e destrói as estruturas analíticas numa sucessão interminável” (SCHUMPETER, 1964, p.26).

Com essas observações fundamentais, Schumpeter traça uma linha que distingue as ideias econômicas que surgem no acontecer histórico como alternativas de solução para problemas econômicos concretos, um campo turvo porque trespessado por influências políticas, culturais e sociais, permeado, enfim, pela ideologia,² e a construção e o desenvolvimento da teoria econômica, um campo límpido porque baseado nos princípios da lógica e do método científico.

Sem negar a importância do contexto histórico e da influência da ideologia sobre a produção do conhecimento econômico, sua tese ao longo do livro seria demonstrar que a economia não difere substancialmente das outras ciências exatas.³ Ou seja, à construção da teoria econômica seguiria uma sucessão de desenvolvimentos analíticos, carregados naquele momento da verdade possível, que ao longo do tempo se aperfeiçoariam em busca de verdades cada vez mais robustas.

Esse seria o passo metodológico decisivo para a distinção entre análise econômica e pensamento econômico. Nessa distinção, a primeira seria a economia em si, que combina história, sociologia, teoria e estatística para explicar a realidade por meio da construção de teorias econômicas; já o último estaria ligado à prática ou, por assim dizer, à idéia de política econômica. Assim, o autor parece querer diferenciar a análise como teoria e o pensamento como prática.

Logo, para Schumpeter, o pensamento econômico estaria ligado à “exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” ou “a soma total de todas as opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público” (SCHUMPETER, 1964, p.65). O pensamento econômico não poderia corresponder à “ciência” econômica justamente por seu caráter normativo, que o coloca inevitavelmente no campo da ideologia.

² Cf. capítulo 4 do livro já referido: a sociologia da economia.

³ Cf. capítulo 3 do livro já referido: Interlúdio II: desenvolvimentos contemporâneos em outras ciências.

Já a análise econômica não estaria interessada no que determinado autor “defendeu, mas, sim, em como defendeu e quais instrumentos de análise foram usados para isto” (SCHUMPETER, 1964, p.65), remetendo a construção histórica para a análise da lógica interna da teoria econômica e seu desenvolvimento, importando apenas seu caráter positivo, menos suscetível à ideologia, ao historiador do pensamento econômico.

A despeito dos problemas metodológicos que essa distinção acarreta ao pesquisador preocupado em delinear uma história que leve em consideração os determinantes políticos, culturais e sociais presentes no campo da economia, a visão de Schumpeter teve desdobramentos marcantes na teorização da história do pensamento econômico. Dessa forma, iremos repassar esses desdobramentos antes de tratarmos das críticas e alternativas a essa visão.

A aceitação e desenvolvimento da tipologia conceitual elaborada por Schumpeter teve um desdobramento importante na obra de Mark Blaug, que a incorporou em seus estudos sobre história do pensamento econômico, num livro que sintomaticamente tem como título *Economic Theory in Retrospect*, publicado originalmente em 1962. Esse livro, concebido como um livro-texto, explicita em suas linhas iniciais a opção metodológica de seu autor:

este é um estudo crítico das teorias do passado. Concentra-se na análise teórica dos principais economistas, deixando de lado suas vidas, seu desenvolvimento intelectual, seus precursores e propagadores. A crítica implica critérios de julgamento e os meus são aqueles da teoria econômica moderna (BLAUG, 1983, p. 1).

Assim, de imediato podemos perceber a eliminação dos condicionantes sociais e históricos para a compreensão dos autores, bem como o procedimento epistemológico de não apenas apresentar as ideias dos economistas, mas de estabelecer julgamentos de acordo com os desenvolvimentos modernos da teoria econômica. Dessa forma, embora reconheça que o pensamento econômico não progride de modo linear rumo à verdade, Blaug retoma a questão evolutiva de uma ciência que a cada passo se aproxima mais de um conjunto de proposições capaz de explicar globalmente a realidade, de forma que o conhecimento atual sempre supera, incorpora e engloba o conhecimento passado.

Essa posição metodológica de Mark Blaug é explicitada em outra circunstância na qual a tipologia de Schumpeter é avaliada sob uma nova nomenclatura que irá nortear as reflexões posteriores sobre o método da história do pensamento econômico: a distinção entre absolutismo e relativismo (BLAUG, 1983, p. 2). São dois polos que

ênfataz diferentes abordagens da história do pensamento econômico. O polo relativista considera a produção teórica passada como reflexo confiável das relações econômicas da época, sendo cada uma das teorias justificáveis em seu contexto e, portanto, não passíveis de hierarquização. Já o polo absolutista consideraria apenas o desenvolvimento interno das teorias, isto é, sua progressão permanente no caminho do erro à verdade. Assim, a teoria de fronteira seria hierarquicamente superior às demais.

Essa tipologia, portanto, guarda a dicotomia estabelecida por Schumpeter entre análise e pensamento econômico, na qual a posição relativista, preocupada com as condições sociais e econômicas do economista e seu contexto mais geral, assimila a teoria econômica com a resolução ou formulação de problemas específicos de seu tempo, de forma que o julgamento da teoria estaria ligado à sua efetividade em condições específicas nos debates e controvérsias contemporâneas, de pouco valendo a ênfase nos desdobramentos da teoria econômica moderna.

Por outro lado, a posição absolutista se assemelha à análise econômica schumpeteriana em seu processo de produção e aperfeiçoamento das “estruturas analíticas” vistas de forma evolutiva, importando pouco os parâmetros sociais e históricos, uma vez que considera a análise um objeto autônomo em relação a fenômenos e situações particulares. Blaug parece se alinhar a essa posição ao afirmar que a tarefa do historiador do pensamento econômico seria questionar se a teoria econômica produzida se sustentaria quando livre de qualquer fundamento ideológico (BLAUG, 1983, p.6).

No entanto, embora pareça defender a abordagem absolutista, Blaug não julga qual das duas abordagens é a mais adequada para a reconstituição de uma história do pensamento econômico. Esse julgamento caberia ao historiador, que o faria baseado no objetivo de seu trabalho. Esses são os tipos extremos e os historiadores do pensamento econômico tenderiam a se aproximar de um ou outro polo:

adotar uma interpretação relativista ou absolutista da matéria depende inteiramente das questões que queremos levantar. Se o comentador está interessado em explicar porque certas pessoas tiveram certas ideias em determinado tempo, ele deve olhar para além da esfera do debate intelectual para uma resposta completa. Mas se ele quer saber porque alguns economistas no passado defendiam a teoria do valor-trabalho e outros acreditavam que o valor era determinado pela utilidade, e isso não era só ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas em países diferentes países e gerações, ele é forçado a se concentrar na lógica interna da teoria, tornando-se um absolutista (BLAUG, 1983, p.7).

Na mesma linha, Cardoso (1989) afirma que a história do pensamento econômico é heterogênea e comporta diferentes abordagens, da conceitual-analítica à política-institucional. Neste último caso, em que as teorias devem ser relativizadas, valem as circunstâncias históricas como determinantes da interpretação da realidade econômica. Segundo o mesmo autor, essas duas abordagens, a da análise econômica e a do pensamento econômico, não são excludentes e formam, de fato, dois subcampos dentro do campo da história do pensamento econômico. Assim como Blaug, para Cardoso (1989), o que acabará definindo o tipo de abordagem é a opção do pesquisador, determinada pelos seus objetivos.

O mesmo tipo de distinção é afirmado por O'Brien (2000) quando expõe o que seria a forma adequada de se empreender a história do pensamento econômico. Esta consistiria em considerá-la na própria base de conhecimento que o economista recebe, o "*mainstream approach*". Denominada de reconstrução racional, ela teria como especificidade a apreensão da "lógica interna de uma teoria", cabendo ao historiador a possibilidade de interrogar ou preencher lacunas encontradas em algumas delas. Nessa análise, há sempre a preocupação com a teoria econômica em si, a qual se torna o horizonte e o objeto da história do pensamento econômico. É nesse sentido que o recorte possível nessa história não é cronológico, mas temático, seja em termos de teoria — teoria macroeconômica, microeconômica, teorias do valor, etc. —, seja em termos de autores. O foco na teoria iria evitar o "relativismo" do tipo que enfatiza que a teoria econômica é um reflexo de eventos históricos coetâneos aos seus formuladores, embora o autor reconheça sua influência sobre a teoria.

Em contraposição a esta colocação, temos o que Matthias Klaes (2007, pp.500-1) denomina reconstrução histórica, a qual deveria interpretar as teorias do passado tais como os seus autores originais as reconheceriam e aceitariam. Dessa perspectiva podemos apreender que essa polarização se encontra arraigada como um elemento incontornável nas discussões metodológicas sobre história do pensamento econômico: análise econômica e pensamento econômico conviveriam como abordagens justapostas e possibilidades metodológicas para os historiadores do pensamento econômico. Análise econômica ou pensamento econômico?

Embora sofisticada, a proposta metodológica inaugurada na história do pensamento econômico por Schumpeter pode levantar uma falsa questão a partir de uma falsa distinção. Ao tentar fazê-la, o autor forçou, a nosso ver, uma separação artificial e indevida entre o abstrato e o concreto, entre teoria e realidade. Esta separação traz

consigo uma concepção problemática da história, por desconsiderar que o objeto da economia, bem como aqueles que o pensam, são inevitavelmente situados no tempo e no espaço. Além disso, sua distinção implica a possibilidade de separar claramente a positividade e a normatividade na teoria econômica, consenso distante entre economistas.

Em *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*, publicado originalmente em 1973, Maurice Dobb contrapõe-se à distinção metodológica schumpeteriana. A partir de uma perspectiva marxista, argumenta que o pensamento econômico é sempre uma resposta aos problemas da sociedade. Portanto, a teoria econômica responde a um contexto social e histórico, procura justificá-lo ou mesmo questioná-lo. Assim, sempre haveria algo subjacente ao pensamento econômico a lhe dar sentido. Nas palavras de Dobb (1977, p.28):

independentemente do que se possa esperar *a priori*, a história da economia política, já a partir de sua origem, revela com abundante clareza quão próxima (e até mesmo de forma deliberada) a formação da teoria econômica esteve ligada à formação e defesa de políticas econômicas.

Assim, as ideias econômicas aceitas com mais alto grau de generalidade podem entrar em conflito com as práticas correntes em diferentes contextos na resolução de um problema e, por isso, o processo de crítica e desenvolvimento daquelas ideias *vis-à-vis* às realidades concretas “não pode deixar de ser influenciado pelo meio social (ou ponto de referência no complexo de relações sociais) do indivíduo ou ‘escola’ que formula o problema” (DOBB, 1977, p.28). A distinção schumpeteriana entre análise econômica e pensamento econômico e suas derivações simplesmente não fariam sentido nesse caso.

Desse modo, não é possível conceber a aceitação acrítica de uma análise econômica absoluta, puramente racional e pretensamente universal. De uma perspectiva periférica, Hirschman (1963), a partir de sua experiência na América Latina, ataca o problema ao formular a interessante “síndrome do economista-visitante” (*Visiting Economist Syndrome*) por meio da qual critica as recomendações de política econômica, baseadas num conhecimento econômico supostamente universal, por parte de “especialistas” que não levam em conta as especificidades sociais e culturais de cada região (BIANCHI, 2007).⁴

Myrdal (1968) também chama a atenção para isso ao estudar o caso dos países do sul da Ásia, onde observa a aplicação inadequada de conceitos apropriados para

⁴ Para o caso dos chamados *money doctors*, cf. Drake (1989) e Flandreau (2005).

países desenvolvidos em países subdesenvolvidos. Afirma categoricamente que nesses casos “pode ser mais seguro trabalhar sem modelo, do que utilizar um modelo deturpado ou defeituoso”. E talvez o exemplo mais importante nesse sentido venha do questionamento de Prebisch (2000) à divisão internacional do trabalho e à teoria das vantagens comparativas.

Assim, a relação entre o que Schumpeter chama de análise e pensamento econômico não seria distintiva, mas dialética, e justamente por isso, uma não poderia ser separada da outra. E essa posição encontra eco no campo da história do pensamento econômico.⁵ Mas podemos aventar uma razão para a aceitação tácita, pelos economistas, da opção metodológica de Schumpeter. Seu trabalho reflete uma visão de mundo e uma opção teórica. Uma visão de mundo que crê na necessidade de uma exatificação das ciências sociais, na concepção falsificacionista e positiva da filosofia da ciência e na crença na existência de uma verdade econômica única e universal, cuja trajetória se reflete na história da análise econômica. Teríamos, ainda, uma opção teórica que apontaria o neoclassicismo e seus princípios fundamentais do equilíbrio geral como fronteiras do conhecimento econômico. Nos termos de Pérsio Arida (2003),⁶ seria uma forma de encarar a economia como “*hard science*”, confundindo a história do pensamento econômico com uma evolução teleológica das ideias, sem qualquer relevância para a formulação teórica. Ao distinguir análise econômica e pensamento econômico, a metodologia schumpeteriana força um recorte preciso entre o positivo e o normativo; a ciência e a moral; o técnico e o político.

2. Pensamento econômico e nacionalidade

A discussão metodológica sobre história do pensamento econômico precisa ser ainda alargada pela problemática da construção de um pensamento econômico nacional. O qualificativo, ao mesmo tempo em que restringe o escopo, amplia o problema, pois coloca a questão da nacionalidade ou dos influxos socialmente localizados para a elaboração de teorias econômicas, implicando, por outro lado, na relativização da universalidade das teorias.

Cardoso (1989; 1997; 2001) trata detidamente dessa questão ao analisar o pensamento econômico em Portugal e a difusão das ideias econômicas na Europa,

⁵ Cf., por exemplo, manuais de história do pensamento econômico como Hunt (1997); Roncaglia (2005); Screpanti e Zamagni (2005, p. 4).

⁶ Cf. também Bianchi (1988, capítulo 1).

partindo da avaliação de que “a historiografia convencional do pensamento econômico não atribui suficiente atenção às características do desenvolvimento das ideias e teorias econômicas em contextos ou ambientes nacionais distintos” (CARDOSO, 1997, p.207), apesar de sua relevância. Vale lembrar as palavras do autor que justificam a discussão dessa questão e a busca de uma metodologia para se construir uma história do pensamento econômico nacional:

as histórias nacionais serão tanto mais úteis quanto melhor servirem como ferramenta de captação e aprendizagem dos fluxos internacionais de ideias e teorias econômicas. A verdadeira razão de ser destas reside na possibilidade de poderem servir propósitos de compreensão e transformação das sociedades – bem localizadas no tempo e no espaço – que as requisitam e exigem (CARDOSO, 2001, p.13).

No contexto da distinção entre absolutismo e relativismo em história do pensamento econômico, Cardoso (1997) diz não haver razão para seguir a abordagem “absolutista” para o caso português pela mesma razão alegada por Bielschowsky (2004) para o caso brasileiro, a saber, a escassez de produção analítica. Apesar disso, afirma que as histórias do pensamento econômico nacionais “podem desempenhar uma inestimável missão, revelando como a realidade econômica e os padrões da ciência econômica são também produtos e resultados de diferentes circunstâncias culturais e históricas” (ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.13). O autor adotará então a abordagem “relativista” e, dentro dela, diz ser indispensável discutir as condições concretas da assimilação que se faz em Portugal das ideias produzidas no exterior. Embora aceite a distinção de Blaug e Schumpeter, Cardoso (1989, p.29) adverte que “a dimensão estritamente teórica é apenas um elemento [do pensamento econômico] e não o elemento essencial”.

O problema que surge aí é a relação entre o cosmopolitismo⁷ e a nacionalidade, isto é, como fazer a mediação entre a história do pensamento econômico em escala internacional e nacional. Porém, colocar a questão nesses termos significa falar, de um lado, numa história do pensamento econômico internacional que expressaria certo tipo de pensamento econômico que escapa às especificidades, sendo mais abstrato, teórico e geral, e, de outro lado, num pensamento econômico nacional que se apropria do pensamento internacional e, por meio da adaptação desse pensamento, busca seu caminho no contexto de determinada realidade. Ou seja, Cardoso traz para o terreno da

⁷ Cardoso (1997, p.221) chama de cosmopolitismo a recepção e difusão da literatura econômica estrangeira no âmbito nacional.

nacionalidade a mesma questão que se discutia no campo metodológico e a resolve da mesma maneira: assim como há análise econômica e pensamento econômico, convivem também o pensamento econômico internacional, cosmopolita, e pensamentos econômicos nacionais.

Por isso sua principal preocupação é a difusão e assimilação do conhecimento econômico. Cardoso (1989) liga corretamente a originalidade às situações concretas vividas por cada país, mas não se pode negar, no caso da economia e de outros saberes, a existência de centros difusores de conhecimento. Para o autor,

sobre os temas passados em revista existe uma matriz de reflexão comum e padrões interpretativos que se impõem de forma quase espontânea. A especificidade de cada situação requer, naturalmente, uma adaptação criteriosa dos modelos cognitivos de utilização recorrente. Mas são as novidades trazidas por cada situação específica que concorrem para a configuração dos arquétipos de que a história é feita (CARDOSO, 2001, p.11).

Esse raciocínio implica a existência de pioneiros e seguidores, em termos de pensamento econômico, e a relação quase sempre é de pioneirismo no centro com seguidores na periferia. Isto é, o centro produz o conhecimento internacional e, posteriormente, a periferia o copia ou o adapta à sua realidade concreta, reflexo de uma posição subordinada. Valeria indagar por que, aparentemente, a adaptação desse pensamento costuma se dar na periferia. Se se trata de economia em abstrato, por que praticamente não há casos de produção teórica na periferia e adaptação no centro? O caminho do pensamento econômico não é de mão dupla, daí a importância de se pensar a questão da nacionalidade do pensamento econômico, sobretudo, nos países periféricos.

Como é óbvio, o desenvolvimento da pesquisa neste domínio dos processos de transmissão, assimilação e adaptação original de pensamento econômico, é tarefa que importa sobretudo realizar nos países periféricos, isto é, nos países que ocupam um lugar permanentemente ou quase sempre subalterno em relação à criação do pensamento econômico dominante (CARDOSO, 1997, p.210; ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p.3).

Ainda que seja assim, não estaria eliminada a possibilidade de um pensamento econômico original na periferia. O ponto é que essa originalidade seria derivada do pensamento econômico produzido no centro ou do pensamento econômico chamado há pouco de internacional, o que Cardoso (1997) denomina “adaptação original”, semelhante à ideia trabalhada por Gremaud (1997). No entanto, é preciso cuidar para não confundir pensamento econômico internacional com pensamento econômico

universal. É da perspectiva da formação do pensamento econômico nacional em sua relação com o fluxo internacional de ideias que, a nosso ver, a história do pensamento econômico na periferia deve ser reconstituída. Porém, como indicado, não se trata propriamente de uma relação dialética, pois o sentido da influência costumeiramente se expressa num fluxo de ideias que é muito maior de fora para dentro, restando aos países periféricos quase sempre a adaptação original.

Em suma, dentro desse conjunto de reflexões que viemos apontando, quais as implicações de se fazer ou não a distinção entre análise econômica e pensamento econômico? Fazê-la implica no reconhecimento de que a economia é uma ciência metodologicamente próxima das ciências exatas, ainda que se admita a heterogeneidade do pensamento econômico. Significa entender a economia como um conjunto de conhecimentos que se acumulam e se aperfeiçoam ao longo do tempo sempre apresentando teorias de fronteira que representariam o conhecimento atual e válido. Mas a implicação mais importante é a aceitação de que o saber econômico é universal e de que o saber econômico original não tem nacionalidade, ou seja, é desprovido do enraizamento espacial e livre da contingência temporal. A economia como ciência exata pensa o mundo abstratamente e, por isso, pouco importa o lugar onde é produzida. Nacionalidade e originalidade são questões que simplesmente não merecem figurar numa discussão desse tipo.

Contudo, não fazer a tal distinção implica em reconhecer a economia como uma ciência social. Significa entendê-la como resultado de determinações históricas e sociais, e considerá-la em sua diversidade. Tal diversidade exige histórias do pensamento econômico plurais, tornando relevante a discussão da nacionalidade e originalidade em sua elaboração. Ademais, a questão da universalidade ou nacionalidade do conhecimento perpassa as ciências humanas, assim como o debate sobre a originalidade desse conhecimento.

Reclamar a nacionalidade e a originalidade do conhecimento poderia ser uma atitude menor, mero desejo vaidoso de afirmar uma identidade. Entretanto, quando as determinações sócio-históricas são entendidas como fundamentais para a formação do pensamento econômico e para a formulação de teorias econômicas, ocupam o cerne de reflexões autônomas sobre a própria realidade, o que é ainda mais dramático nos espaços econômicos periféricos, onde a busca por identidade se apresenta como necessidade histórica para superação de seus problemas específicos.

Talvez por essa razão, a questão da nacionalidade no pensamento econômico não seja propriamente nova. Nas palavras de Novais e Arruda (2003), “se, como historiadores, considerarmos a economia política uma ciência social, então a sequência temporal das ideias econômicas começará a ser vista em correlação aos contextos históricos, dentro dos quais se formularam e sobre os quais incidiram”.

Analisando as determinações histórico-nacionais do conhecimento, Paula, Cerqueira e Albuquerque (2007) caracterizam a economia política clássica como uma invenção inglesa, resultado do contexto, da realidade e da cultura do período de emergência e consolidação do capitalismo. Para os autores, parece claro que o pensamento econômico reflete as circunstâncias históricas específicas do tempo e lugar em que é concebido, ou seja, o caráter nacional do pensamento econômico não pode ser ignorado. Da mesma forma que a suposta universalidade da teoria econômica ignora o fato de que as nações e sociedades têm histórias, padrões de comportamento e matrizes culturais distintos, que influenciam decisivamente a visão da realidade e do mundo. Afirma-se, portanto, que a economia, como toda ciência social, é uma leitura de um tempo e de uma realidade e por isso sua apropriação tem variadas formas. Neste sentido, os autores argumentam que seria possível falar e abordar diferentes estilos de economia política, que determinaram escolas nacionais de pensamento econômico, tanto no que diz respeito à forma, quanto ao conteúdo destas construções teóricas.

A questão da nacionalidade do pensamento econômico talvez tenha sido pela primeira vez abordada por Friedrich List (1833). O autor alemão argumenta que o sistema econômico criado por Adam Smith seria uma teoria nacional, ou o “sistema nacional de economia inglesa”, e não uma “teoria pura” ou universal. Isto seria resultado de uma análise que se baseava nas especificidades da condição inglesa, que em muito se diferenciava da Alemanha de List e dos Estados Unidos, por exemplo. Tais diferenças de desenvolvimento constituíram a primeira parte do trabalho clássico do economista alemão. Logo, a economia política, em meados do século XIX, oferecia uma análise que, distante da realidade inglesa de desenvolvimento considerável no campo industrial, faria pouco sentido. List discordará da escola clássica apontando o seu caráter a-histórico e abstrato, e criticando sua pretensão universalizante ao formular leis supostamente válidas em qualquer tempo e lugar.

Dentro desta perspectiva, que considera as determinações históricas e culturais como fundamentais para a construção de um pensamento econômico, é inevitável abordar, ainda que brevemente, o pensamento alemão que se configurou em meados do

século XIX e ficou conhecido como a escola histórica alemã. São consagradas, na historiografia, as diferenças materiais e econômicas entre a Inglaterra e a Alemanha em meados do século XIX. Enquanto os ingleses viviam um ambiente no qual o capitalismo, bem como o desenvolvimento da indústria, já se consolidavam plenamente, os povos de origem germânica ainda estavam envolvidos na superação de complexas diferenças regionais, políticas e econômicas que marcam todo o processo de unificação da nação, que apenas se consolidará na década de 1870. Estas realidades distintas marcam profundamente a produção e a reflexão intelectual nos dois espaços.

Na Alemanha, além de uma matriz cultural distinta, havia uma consciência do seu atraso relativo a outras nações. É dentro desta perspectiva que podemos compreender, por exemplo, as ideias de List destacadas anteriormente.

De certa forma, a tradição de pensar a economia a partir da perspectiva histórica e nacional, inaugurada por List, influenciará e dará origem à escola histórica, da qual o alemão pode ser considerado um precursor. Essencialmente, a escola histórica rejeitou a economia política clássica (inglesa para colocar nos termos que tratamos aqui) e sua teoria do valor, assim como também rejeitou os paradigmas da economia neoclássica. Assim, diante da realidade de uma economia atrasada e pouco desenvolvida, a escola alemã expõe nada mais que a opção por uma estratégia de desenvolvimento ou de superação do atraso que reafirma e valoriza a cultura e a identidade alemã, afirmando a importância da história e negando pressupostos e proposições que lhes são culturalmente estranhas.

A escola histórica rejeitou qualquer possibilidade de constituição de uma teoria econômica com pretensões universalizantes ao tentar observar regularidade ou estabilidade nas relações econômicas. Para tal escola, a principal característica da economia seria a falta de regularidade ou a ausência de alguma ordem nos fenômenos econômicos. A existência de uma teoria econômica implicaria na possibilidade de previsão, o que, segundo eles, seria impossível em economia. Desta forma, a única alternativa seria recorrer à história como forma de entender os elementos da vida material.

Iglésias (1959) sintetiza os traços marcantes da escola histórica: negação do universalismo das leis na economia política, uma vez que, diante de ambientes, contextos e realidades distintas, seria impossível estabelecer uma lei que pudesse ser válida em qualquer tempo e espaço e a negação do *homo oeconomicus*, movido pelo desejo insaciável de obter cada vez mais riqueza, uma vez que o indivíduo poderia

obedecer a outros impulsos. Portanto, para os historicistas seria impossível, inviável e questionável a construção de uma teoria econômica abstrata e universal, uma vez que não se poderia levar em conta o geral, mas apenas o particular, o específico.

O exemplo da obra de List e os desenvolvimentos da escola histórica alemã, portanto, explicitam como a questão que abordamos, a nacionalidade do pensamento econômico, já estava presente desde a segunda metade do século XIX. Nesta perspectiva, a crítica ao conceito de universalidade da teoria econômica e a preocupação em interpretar os problemas econômicos teve uma importância marcante e se difundiu para outros países. Nesse sentido, a especificidade dos problemas econômicos foi assimilada ao espaço nacional e, ao mesmo tempo, a pretensa universalidade de economia política passou a ter um qualificativo limitador: a economia política inglesa. O desenrolar das disputas no âmbito ciência econômica, ao longo do final do XIX e do XX irão, por motivos às vezes arbitrários ou contingentes, relegar os sistemas de economia nacional ao esquecimento ou aos apêndices dos livros sobre a teoria econômica (HODGSON, 2001). Contudo, a mera existência destas teorias alternativas, baseadas na identificação entre problemas econômicos e espaços nacionais, reitera a direção de nossas proposições de pensar a nacionalidade do pensamento econômico.

Portanto, o elemento central da escola histórica, como bem chama atenção Francisco Iglésias, é a questão metodológica. Tal abordagem, ao criticar o universalismo, valorizar a história e abrir espaço para a questão da nacionalidade, em muito nos interessa no que diz respeito à construção e à possibilidade de um pensamento econômico nacional. Acreditamos que é a partir dessa perspectiva que se abre a possibilidade e a conveniência de estudar pensamentos econômicos nacionais e daí decorrem, logo de início, os problemas de sua reconstituição histórica.

3. Reconstituição histórica de pensamentos econômicos nacionais: o caso do Brasil no século XIX

Existe um pensamento econômico brasileiro? Tal questão que remete ao texto de Raimundo Faoro sobre o pensamento político poderia ser colocada para vários campos das ciências humanas.⁸ João Antonio de Paula avança sobre o tema para afirmar que não só existe um pensamento econômico do Brasil, como reivindicar que a sua existência e

⁸ Para a discussão no campo da literatura, cf. Cândido (2000) e Romero ([1888] 2001). Apontamentos semelhantes já tinham sido feitos por Machado de Assis em 1873 quando se referiu ao instinto de nacionalidade da literatura brasileira no final do século XIX. No campo da filosofia, cf. Paim ([1967] 1997) e Costa (1945).

história são uma afirmação de identidade, uma negação da dominação e do colonialismo, uma possibilidade de alternativa emancipatória, distinta, diversa, cultural e intelectualmente alternativa ao cânone tradicional. Além disso, como expõe o próprio autor se valendo da filosofia, “a simples indagação sobre a existência da filosofia no Brasil, de suas fragilidades ou inconsistências, são em si mesmos, problemas filosóficos, que responder, de algum modo a essas questões, é fazer filosofia” (PAULA, 2017, p. 446). Se a história do pensamento econômico é tributária

de um ponto de vista, que, tomado como referência, organiza não só a exposição do tema, mas seus significados”(...) “de um núcleo inegociável de sentido, que explicitamente ou não, a um tempo, seleciona, organiza, hierarquiza, valora, qualifica, desqualifica, sendo, na verdade, a elaboração de uma história do pensamento econômico, um capítulo de uma disputa ideológica, teórica, política e social e cultural, cuja motivação básica é fazer soar, alta e potentemente, as várias vozes que a homofonia do capital tenta interditar, desqualificar, ignorar (PAULA, 2017, pp. 442-3).

o pensamento econômico, bem como sua reconstituição histórica, dependem dos critérios, objetivos e interesses estabelecidos pelo pesquisador ao delimitar o seu objeto. Neste capítulo levantamos a discussão sobre a originalidade e a adaptação, a fim de pensar um caminho alternativo para a reconstituição do pensamento econômico brasileiro.

De outra perspectiva, Geraldo Beauclair argumenta que a originalidade e a adaptação não seriam os únicos caminhos para o estudo do pensamento econômico brasileiro. Para o autor, seguir por essas vias significaria refletir sobre a realidade brasileira sempre a partir de uma matriz teórica estrangeira. No caso da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no século XIX, objeto de sua análise, a fisiocracia e a economia política clássica. No entanto, Beauclair identifica uma série de outros personagens que, prescindindo de matrizes teóricas tradicionais, pensaram as relações econômicas no país e, na visão do autor, conceberam uma verdadeira e genuína "Economia Política Nacional", seguindo a mesma tradição da "Escola Histórica Alemã" que, como vimos, também rejeita a escola liberal inglesa como única via teórica para pensar as questões econômicas. Alarga-se, assim, o campo para a reconstituição do pensamento econômico brasileiro:

para os ilustrados que trilharam esta última via fazer Economia Política seria, então, vivenciar as situações, observar as fazendas e oficinas, descrever o funcionamento das instituições, procurar perceber as 'realidades' circundantes, formar uma 'ideia' dessas 'realidades' e propor medidas julgadas adequadas ou possíveis de serem postas 'em prática (BEAUCLAIR, 2001, p.117).

Ressalte-se que são duas abordagens distintas, mas que tem como elemento comum a preocupação em levantar, sistematizar e analisar reflexões sobre a realidade brasileira de perspectivas e interesses diversos. Tomemos, então, o caso do Brasil no século XIX para discutir problemas da reconstituição histórica de pensamentos econômicos nacionais. Schumpeter (1964, p.65) englobou em sua definição de pensamento econômico o conjunto dos debates e políticas sobre questões econômicas. Sob essa definição, não restaria dúvida de que havia um pensamento econômico brasileiro, pois é justamente por meio dos debates e da política econômica que podemos observar o que pensavam aqueles que lidavam com questões econômicas no Brasil daquele século, basicamente, jornalistas, acadêmicos de direito e engenharia, e políticos membros da classe dominante.

Contudo, se recorrermos aos tradicionais manuais de história do pensamento econômico para o século XIX e início do XX, notamos ao menos duas características frequentes na seleção dos autores examinados nesses trabalhos: um pensamento mais ou menos sistematizado e a autoria de alguma obra sobre o assunto.

Se adotássemos esses critérios para selecionar autores para uma reconstituição da história do pensamento econômico brasileiro talvez apenas professores das cátedras de economia política passassem pelo teste e ainda assim seria preciso considerar que esses professores escreveram manuais que se constituíam numa recopilação de informações de autores estrangeiros com espaço para alterações, comentários e subversões, mas essencialmente sem grande identidade das ideias apresentadas com o autor.

Nesse sentido, não seria adequado falar em pensamento econômico brasileiro sob pena de encontrar pouca coisa, como advertiu Bielschowsky (2004). De fato, no Brasil do Oitocentos, encontramos ideias econômicas sobre assuntos específicos motivadas mais pela necessidade de solução de problemas concretos do que pela curiosidade científica de explicar o funcionamento de um sistema econômico, tanto que o palco mais importante do debate econômico não era a academia, mas o parlamento.

A eventual marginalização dos estudos sobre pensamento econômico brasileiro, sobretudo no século XIX, talvez esteja relacionada justamente à carência de preocupação dos atores com a formulação científica, sistemática, de suas discussões no campo econômico e, por sua vez, essa questão se liga aos diferentes estilos de elaboração de história do pensamento econômico. Esse argumento se sustenta se tomarmos a definição de análise econômica de Schumpeter, a perspectiva da

reconstrução racional ou o chamado absolutismo. Por outro lado, podemos encontrar espaço para o interesse no pensamento econômico brasileiro se tomarmos as perspectivas da reconstrução histórica ou do relativismo.

Portanto, em termos estritos, o estudo desse pensamento – ou de qualquer pensamento econômico nacional - só fará sentido, e, assim, só se tornará objeto de pesquisa, para uma parte da comunidade de historiadores do pensamento econômico. Seria possível conciliar as duas perspectivas? Blaug e Cardoso advogam uma conciliação entre elas para que se possa compreender melhor e de modo mais adequado a produção do conhecimento econômico, embora inicialmente Blaug tenha defendido a reconstrução racional como perspectiva preferível.

No caso do pensamento econômico produzido na periferia, acreditamos que a reconstrução histórica se afirma com vigor ainda maior, havendo pouco espaço para tentativas de reconstrução racional. Concordamos com Cardoso (1989) quando afirma que o elemento teórico é um elemento do pensamento econômico, mas não o essencial. De modo algum isso significa que não tenha havido nesse espaço discussões objetivas e informadas de questões econômicas. Discussões que, à luz de ideias estrangeiras muitas vezes adaptadas, produziram soluções inovadoras para problemas econômicos específicos.

O conjunto dos trabalhos analisados a seguir mostra que havia não só um pensamento econômico no Brasil, no sentido da difusão internacional das ideias econômicas, como um pensamento econômico brasileiro, no sentido da adaptação original.

A reflexão a respeito da gênese do pensamento econômico brasileiro no século XIX⁹ – ou de qualquer outro pensamento econômico nacional - impõe ao historiador a necessidade de uma periodização e definição de critérios para abordagem a respeito do tema. Se por um lado podemos considerar que há certa escassez de pesquisas de história do pensamento econômico brasileiro sobre esse período, por outro, um exame detalhado na literatura econômica e histórica nos faz descobrir alguns trabalhos sobre o assunto que nos ajudam a refletir a respeito das questões metodológicas discutidas anteriormente.

⁹ As principais obras sobre o pensamento econômico brasileiro definem seu marco inicial no século XX, porque sua discussão fundamental é o desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2004; MANTEGA, 1985). Sem negar a importância do século XIX, Saes e Saes (2016) também reconhecem a década de 1930 como ponto de partida para um pensamento econômico especificamente brasileiro. Outros trabalhos na área também enfatizam a contemporaneidade (MALTA, 2011; GANEM, 2011).

Um trabalho pioneiro é o de Humberto Bastos, *O Pensamento Industrial no Brasil* [1952]. O livro pretende dar um perfil ou fazer uma introdução à história do capitalismo industrial brasileiro, “e sua luta para sobreviver aos embates com o capitalismo comercial nascente, aliado às vivências do patriciado rural e aos interesses especificamente alienígenas” (BASTOS, 1952, p. 8). Articulando as ideias nacionalistas e protecionistas à história do desenvolvimento industrial brasileiro, o autor discute as proposições de figuras fundamentais do pensamento econômico nacional. A nacionalidade se apresenta em sua obra no reconhecimento da especificidade e na busca da originalidade que pudesse substituir o conhecimento estrangeiro. Bastos conclui seu trabalho defendendo a ideia de que o capitalismo não é único e que não existe uma fórmula para se atingir o desenvolvimento e o progresso. Assim procura criticar aqueles que sempre defenderam ideias importadas, distantes da nossa realidade e ressaltar as ideias originais e preocupadas com o interesse nacional, com o desenvolvimento e melhor apropriação das riquezas. Para ele, “o nosso erro tem sido repetir axiomas estrangeiros e querer aplicá-los entre nós. Daí a ficção intelectual que se cria em relação ao Brasil em contraste com a sua realidade física.” (BASTOS, 1952, p.213).

Paul Hugon dá uma importante contribuição em *A Economia Política no Brasil*, texto originalmente publicado em 1955 e citado por grande parte dos trabalhos que abordam o pensamento econômico no Brasil durante o século XIX e o início do século XX. Não há no texto qualquer análise metodológica, contudo, em uma nota o autor sintetiza os objetivos do seu estudo: “Nessas páginas trataremos de economia política brasileira: a fim de poder estabelecer uma ligação entre o presente estudo especializado e as questões gerais relativas ao ensino e à cultura brasileira” (HUGON, 1994, p.393). O grande mérito de seu trabalho é analisar como a Economia Política foi introduzida no Brasil a partir do estudo do seu ensino nos cursos superiores no país, um estudo típico de difusão do conhecimento.¹⁰, Assim discute o ensino de economia política nas faculdades de direito, onde, segundo o autor, exclusivamente se ensinou a disciplina durante os anos de 1827 a 1863. Sua análise se concentra nos autores abordados e discutidos no ensino da disciplina e argumenta que a mesma não teve influência única e

¹⁰ Assinale-se que a opção por uma história do ensino da economia no Brasil é tema candente na própria trajetória de Paul Hugon, que fez parte do processo de constituição da Universidade de São Paulo (USP). De origem francesa, assim como diversos outros professores que na USP trabalharam (como Fernand Braudel, François Perroux e Maurice Byé), Hugon era responsável pela cátedra de *Economia Política e História das Doutrinas Econômicas* na FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e participou ativamente da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, voltada exclusivamente ao ensino e pesquisa de economia. Ou seja, o autor estava diretamente ligado à questão do ensino de economia. Cf. PINHO, 1994.

exclusivamente da economia política inglesa. Analisa ainda o ensino da disciplina na escola politécnica, iniciado a partir de 1869. Assim como no caso das faculdades de direito, procura apresentar os autores discutidos e apresentados nos cursos, além de mostrar como os responsáveis pela disciplina tiveram grande ligação com o poder público (José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, Aarão Reis, Vieira Souto) e como a disciplina estava voltada para a compreensão da situação da economia brasileira.

O trabalho pioneiro de Hugon apontou caminhos e, por isso, é citado por quase todos os estudiosos sobre o pensamento econômico brasileiro. O critério de seleção de pensadores adotado pelo autor está diretamente ligado ao ensino de economia e à difusão das ideias estrangeiras no país e não especificamente à nacionalidade e originalidade do conhecimento econômico. Por isso, sua preocupação maior era antes com o pensamento econômico no Brasil do que propriamente o pensamento econômico brasileiro.

Heitor Ferreira Lima entra neste breve panorama com seu livro *História do Pensamento Econômico no Brasil* [1976] ao adotar uma opção metodológica que não reduz a história do pensamento econômico a simples apresentação de ideias de pensadores que considerava mais importantes. Ao contrário, o autor apresenta um trabalho de síntese, em que intercala a história dos acontecimentos com a história das ideias e a relação entre elas. Ademais, cabe ressaltar a sua escolha por retratar o pensamento econômico no Brasil desde os tempos coloniais e como esse período, assim como as raízes portuguesas, influenciaram na formação das ideias econômicas no Brasil. Cabe observar o critério de escolha dos pensadores e figuras mais importantes a serem retratados: quase todos homens da política, ligados ao poder, aos governos. Mais do que isso, eles se apropriavam das teorias econômicas sempre a partir dos interesses que os moviam. Sejam eles interesses ligados às peculiaridades brasileiras ou aos interesses das elites brasileiras. Assim, Lima argumenta que o pensamento econômico no Brasil surge para dar sentido e justificar as ações políticas.

Pouco depois do livro de Ferreira Lima e na mesma linha de Hugon, surge o trabalho de Dorival Teixeira Vieira (1981). Neste texto, o autor discute a formação do pensamento econômico brasileiro, apresentando as principais influências a partir do ensino de Economia, primeiro nas Faculdades de Direito e Engenharia, posteriormente nas Ciências Sociais e depois, com a formação dos cursos de Economia, nas Faculdades e Departamentos de Economia. Interessante na análise é perceber como a disciplina se

desenvolveu no país. Um dos argumentos é que por ter se desenvolvido em Faculdades de Direito e Engenharia, teve sempre um caráter mais doutrinário, voltado à ação, às medidas políticas e ao desenvolvimento dos problemas econômicos nacionais. Assim, no Brasil, “não havia o ensino de Ciência Econômica, mas sim de Doutrinas Econômicas, mais ao sabor dos individualismos e das polêmicas, tão do grado da cultura brasileira durante os séculos XIX e XX”. (VIEIRA, 1981, p.355).

Mais recentemente, a tese de Amaury Gremaud aponta, inicialmente, a relação estabelecida por vários economistas entre os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico tardio brasileiro, ou seu subdesenvolvimento, e a ausência de um pensamento econômico concreto, que refletisse sobre a realidade brasileira durante o século XIX. Gremaud argumenta que para autores como Furtado e Peláez as concepções econômicas no Brasil do XIX estariam muito presas ao pensamento econômico produzido em economias desenvolvidas. Por isso careciam de originalidade e não foram capazes de transformar a realidade brasileira. Isto seria resultado da ausência de instituições formadoras de economistas com saber técnico definido, especificamente preparados para compreender as especificidades e os problemas decorrentes da economia brasileira. Gremaud questiona essa visão e argumenta que,

mesmo partindo de matrizes teóricas europeias existe alguma originalidade no pensamento econômico brasileiro, se não no sentido de formular novos avanços teóricos, pelo menos em termos de reflexões sobre a nossa realidade e da adequação destas teorias a ela. Além do que, esta realidade era ponto importante na escolha feita pelos analistas nacionais dentro do leque de possibilidades teóricas apresentado pela Economia Política dos países centrais. Mesmo porque as pessoas envolvidas reconheciam os efeitos distributivos envolvidos na adoção das medidas preconizadas pelas diferentes teorias. É justamente a partir destes efeitos que se delineiam as alianças entre os diferentes grupos no que concerne a determinação da política econômica ao longo deste período. Novamente, pode-se até não concordar com as análises ou as adaptações das teorias à realidade nacional feitas quando da determinação da política econômica, porém não foi a falta delas que marcou política econômica no Segundo Reinado e da Primeira República (GREMAUD, 1997, pp.3-4)

Baseado em Hugon, Gremaud concentra sua análise na discussão da entrada e difusão da economia política no Brasil durante o século XIX. Seu objetivo parece ser mostrar como e de que forma a Economia Política chegou ao Brasil, como se iniciou e de que maneira se materializou o ensino de Economia Política no país, que preparava e formava a intelectualidade brasileira que, em algum momento, seria responsável pela formulação da política econômica nacional: “assim busca-se apreender que tipo de concepção de Economia Política e, dentro desta, de teoria monetária, fazia parte da

formação acadêmica dos futuros formuladores da política econômica nacional.” (GREMAUD, 1997, p.7)

O autor justifica o estudo do pensamento econômico brasileiro durante o século XIX, pois, apesar de todos os problemas envolvidos, a ausência de “economistas técnicos”, ou institutos especializados, a elite intelectual recebeu formação em Economia Política, conheceu os teóricos da época e essa formação teve papel importante no debate e na formulação da política econômica durante o período imperial. Seguindo uma estrutura semelhante a de Paul Hugon, apresenta o ensino de economia política nas faculdades de direito e engenharia brasileiras durante o século XIX, a partir de um exaustivo levantamento bibliográfico de trabalhos a respeito do tema, bem como das obras adotadas nos cursos e das ideias defendidas pelos professores. De modo geral, procura quase sempre identificar ideias originais e interpretações específicas a respeito da realidade brasileira nos personagens e temas que apresenta. Desta forma, destaca o poder de apropriação e adaptação da teoria econômica tradicional pelos catedráticos brasileiros do século XIX.

Em síntese, pensar a história do pensamento econômico brasileiro é, antes de tudo, pensar as ideias que aqui foram produzidas a partir de reflexões sobre a economia e a realidade brasileiras atravessadas por um fluxo de conhecimento econômico já internacionalizado no século XIX. Por outro lado, parece consensual que o saber econômico produzido nesse período deve ser buscado nos homens práticos, nos intelectuais com formação e conhecimento das teorias econômicas, mas que as confrontaram com os problemas específicos, imediatos, característicos da realidade na qual atuavam. Mas como estabelecer os recortes na reconstituição do pensamento econômico brasileiro?

Saes e Saes (2015, p.47) sugerem um caminho com duas dimensões para se apreender o pensamento econômico periférico:

uma primeira que enfrenta o difícil equilíbrio entre cosmopolitismo e localismo que o debate sobre economia acaba por se colocar quando realizado na periferia. Uma segunda dimensão, que não pode ser dissociada do ofício de qualquer economista, refere-se ao projeto político presente na construção de um debate econômico. Tal questão não deve ser compreendida apenas como parte das especificidades da periferia, mas, sim, ligada à ideia de que a formulação da ciência, da teoria e da política econômica é sempre imersa tanto num ambiente social como numa dada compreensão da realidade.

A partir dessa sugestão e do que pode ser extraído do conjunto de obras levantado neste capítulo, pode-se refletir, de um lado, como a teoria econômica se

difundiu pelo país e influenciou a política econômica e o ensino de economia ou buscar ideias e teorias originais surgidas a partir do confronto com a realidade e os problemas brasileiros. Por outro lado, podemos entender que o pensamento econômico brasileiro foi, desde o seu início, menos acadêmico e mais prático e assim analisar a influência de algumas personalidades que pensaram a economia brasileira a partir dos desafios da política econômica concreta. Evidentemente essa compreensão não esgota os diversos critérios de seleção de pensadores e ideias, mas pode servir como ponto de partida para sua definição.

A mera constatação da existência de um debate de ideias econômicas num país justificaria a sua reconstituição histórica? Em outras palavras, por que estudar a história do pensamento econômico brasileiro no século XIX ou, de modo mais amplo, reconstituir histórias do pensamento econômico nacionais? Porque, se é verdade que a realidade molda as ideias e as decisões de política econômica, também é possível dizer que as ideias influenciam nas políticas e as políticas ditam a dinâmica do desenvolvimento.

Tratando sobre a literatura e o pensamento político, Machado de Assis (1878) e Faoro (1987) expressam de modo preciso a questão que tentamos ressaltar. O bruxo do Cosme Velho, escrevendo no final do século XIX, percebe que se formava na literatura brasileira certo instinto de nacionalidade que representava a consideração dos aspectos característicos da realidade e cultura brasileira na produção de textos:

não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

Já Faoro (1987, p.9) de forma mais direta afirma que: “se há um pensamento político brasileiro, há um quadro cultural autônomo, moldado sobre uma realidade social capaz de gerá-lo ou de com ele se soldar”. De fato, as ideias econômicas no Brasil não se desvinculam da política econômica, equivale dizer que a eventual produção teórica do país rende graças à prática, à aplicação. Nesse sentido, a teoria é chamada a auxiliar na solução de problemas concretos apresentados pela realidade do país. Pode-se dizer, em outras palavras, que a abordagem do problema econômico no Brasil do século XIX era mais pontual do que sistêmica, uma vez que movida por questões específicas: a moeda, o crédito, o câmbio, a tarifa, a escravidão, etc. Essas questões eram tratadas

basicamente por políticos que cuidavam da administração do Estado seja no executivo, seja no legislativo. Dentro desse grupo, como era comum à época, aqueles que discutiam economia tinham formação básica em direito, curso no qual aprendiam economia política.

Entretanto, o contato com a teoria econômica na academia não era a única fonte de aprendizado desse grupo, experiências estrangeiras relatadas na imprensa e em livros de autores estrangeiros publicados no Brasil ou importados para o país faziam parte de um repertório comum, como se pode constatar pelos fatos exemplos citados nas discussões parlamentares.

Na linha de Cardoso (2001), citado na seção anterior, a questão interessante é verificar como se processava o conhecimento econômico e as experiências econômicas estrangeiras no Brasil, de modo a transformá-los em política econômica e, de certa maneira, interferir diretamente no andamento da economia do país, ora em aspectos conjunturais, ora em aspectos estruturais. O que moveria o conhecimento econômico no país? Esse conhecimento tinha como fonte de inspiração e de verificação os problemas da economia nacional, ainda que se utilizassem do arcabouço da economia política produzida nos grandes centros de produção desse campo.

Os problemas correntes da economia brasileira seriam, então, um ponto de partida para a avaliação das políticas e das ideias econômicas no país. Entretanto, esse seria apenas o início do processo, pois a definição dos problemas e as propostas para resolvê-los se dão justamente no enlace entre o conhecimento econômico e os interesses políticos de diferentes frações da classe dominante no XIX. Portanto, é possível notar no Brasil genuína economia política, no sentido clássico do termo. Definido o problema, não há apenas uma resposta para ele e a especificidade do pensamento nacional deve entrar em seu enfrentamento.

A economia política brasileira seria então diferente da economia política inglesa? Seria pertinente distinguir os filósofos e suas teorias dos advogados e suas práticas? Apesar das particularidades, em ambos os casos a economia política se apresenta, pois os problemas concretos e os interesses de classe são elementos fundamentais.

No entanto, parece claro que existem diferenças. Na Inglaterra e França, os problemas e os interesses aparecem introjetados, implícita ou explicitamente, nas teorias econômicas que procuravam explicar o funcionamento do sistema econômico, ou seja,

na própria produção do conhecimento econômico.¹¹ Metaforicamente, havia fábricas de conhecimento econômico nesses países para consumo interno e externo. A questão de sua difusão internacional se apresenta no caso do consumo externo e na universalidade desse conhecimento. O Brasil, por sua vez, seria um país consumidor desse bem imaterial para a produção de ideias econômicas locais. Mobilizava esse conhecimento em função da definição de problemas específicos e o adaptava de diversas maneiras, segundo os interesses políticos, econômicos e sociais em jogo.

A adaptação nasce, assim, do encaixe desse fluxo de conhecimento estrangeiro com os interesses nativos. Essa é a concertação que desemboca nas diferentes propostas de política econômica. Elas são assim a expressão das ideias econômicas brasileiras em sua forma mais concreta e complexa, resultante de apropriação do conhecimento estrangeiro e adaptação a problemas e interesses nacionais.

Na Inglaterra e França o conhecimento econômico é fomentado por acadêmicos, filósofos com preocupação de tratar a economia como conjunto de conhecimentos sistematizados sobre certos aspectos da realidade ligados à produção, circulação e distribuição de riqueza. Fica patente com essa preocupação o seu caráter abstrato. Idealmente, o alcance desses aspectos deveria ser geral, um conhecimento com ambição universal. Em parte a ambição se cumpre pois esse conhecimento é exportado para diversos países como mostram os estudos de pensamentos econômicos nacionais e não surpreende, pois formações sociais tocadas pelo modo de produção capitalista compartilham certas leis gerais de funcionamento. No entanto, isso não significa que não carregue os problemas e interesses específicos dos locais em que foi produzido (PAULA et al, 2007). O ponto é que se poderia identificar uma preocupação ao mesmo tempo científica e política abrindo-se outro aspecto do debate: a objetividade do conhecimento econômico.

Temos assim uma produção peculiar de conhecimento econômico no Brasil, porque motivada pela solução de problemas específicos, porque tem no conhecimento estrangeiro ponto de partida teórico e do qual sofre influência, porque promovida basicamente por políticos. O conhecimento estrangeiro como ponto de partida e influência torna-o um conhecimento derivado com uma preocupação basicamente de política econômica.

¹¹ Tomemos por exemplo o caso de David Ricardo na Inglaterra e a influência do conflito entre a burguesia industrial e a aristocracia proprietária de terras na formação de todo o seu conjunto teórico, em especial sua teoria do comércio internacional e teoria monetária.

Em suma, estudar o pensamento econômico brasileiro no XIX é, portanto, essencial para entender a formação desse pensamento na periferia e sua influência nas políticas econômicas adotadas. Além disso, ajuda a compreender a formação do pensamento econômico brasileiro atual, pois se a estrutura econômica do país se altera do século XIX para o XX, sua condição periférica se mantém. Nesse sentido, concordamos com a crítica de Beauclair (2001) a economistas que desconsideram o século XIX como período relevante para a história do pensamento econômico brasileiro. Fazê-lo depende de uma opção metodológica, o que tentamos discutir brevemente até aqui.

Considerações finais

De tudo o que ficou exposto, percebe-se a dificuldade em se conceitualizar tanto a história do pensamento econômico, quanto sua predicação periférica, a história do pensamento econômico brasileiro. Fazer a distinção entre análise econômica e pensamento econômico implica em reconhecer, em alguma medida, o caráter universal e atemporal da teoria econômica. Não fazê-la significa quebrar uma oposição artificial e indevida, ao considerar determinações históricas e sociais no pensamento, e ao respeitar a economia em sua diversidade.

O respeito à diversidade na economia não implica, todavia, num mergulho no relativismo metodológico. Nesse caso, a questão se desloca da metodologia para a escolha dos historiadores. Não parece se tratar de uma escolha entre dois polos, pois não se admite que o pensamento econômico possa ser universal, mas da definição dos critérios que irão nortear a reconstituição de determinada história do pensamento econômico. Muitas das questões em aberto nesta discussão provavelmente serão respondidas por esse recorte que, em última instância, é valorativo. Seria forçoso reconhecer que todas as ideias relacionadas à economia ou todos os autores e pensadores que produziram ideias relacionadas à economia podem fazer parte de uma história do pensamento econômico, desde que se tenha claro como se determina a escolha dos autores e que esta escolha tem uma finalidade e, portanto, não é neutra. Toda ideia sobre economia pode fazer parte de um pensamento econômico. Estudá-la ou não dependerá dos critérios de escolha que nos fizeram selecionar tal ideia ou pensador e dos objetivos do trabalho. Assim, certas escolhas ou “pensamentos” podem parecer relevantes ou não, e isso dependerá basicamente da forma como justificamos tal opção e

como apontamos a sua relação e importância a partir dos objetivos do trabalho e do contexto em que tais reflexões foram produzidas e em que contexto serão abordadas.

Destacamos anteriormente critérios que poderiam ser utilizados para delimitar a reconstituição de uma história do pensamento econômico brasileiro no século XIX. Um desses critérios ressalta a difusão do pensamento econômico a partir do ensino de economia e outro procura, por meio da análise abrangente, intercalar e relacionar história dos acontecimentos com a história das ideias. Existem outras possibilidades, por exemplo, a discussão de determinados personagens e pensadores, como Cairu, ou os estudos relacionados a temas específicos, como os debates em torno da política monetária brasileira durante o século XIX.

Dessa forma, podemos considerar o pensamento econômico de maneira ampla, sem esquecer a relação das ideias com a realidade e o contexto em que foram produzidas. Entram aí as questões da nacionalidade do pensamento econômico e de como defini-lo, considerando as ideias de adaptação e originalidade. Aqui, portanto, estaria uma chave, não só para a definição do objeto, ou melhor, para a consideração e explanação das hipóteses e expectativas que estão presentes na própria escolha do objeto, como também uma chave para revisão das histórias do pensamento econômico brasileiro, levando em conta a própria historicidade das escolhas e das análises. Nesse quadro, a construção do pensamento econômico torna-se capaz de atender, e ser coerente, com os problemas específicos de realidades econômicas diversas, abrindo uma alternativa à subordinação do pensamento periférico em relação ao centro na produção de ideias econômicas.

Seria preciso, ao se escrever um trabalho sobre história do pensamento econômico do Brasil, enfrentar as questões da adaptação e originalidade, enquanto elementos constituintes na estruturação de uma história do pensamento econômico brasileiro, pois são constitutivas de nossa formação cultural e intelectual. Admiti-las enquanto problemáticas significa um primeiro passo para a relativização do entendimento da teoria econômica enquanto uma evolução de elementos teóricos tendentes a uma síntese absoluta e universal do conhecimento econômico.

Referências

ALMODOVAR, A.;CARDOSO, J. L. *A History of Portuguese Economic Thought*. Londres: Routledge, 1998.

- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: RÊGO, J.M. e GALA, P. (Orgs.). *A História do Pensamento Econômico como teoria e retórica: ensaios sobre metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- BASTOS, H. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.
- BEAUCLAIR, G. M. O. *A construção inacabada: a economia brasileira (1820-1860)*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2001.
- BIANCHI, A. M.. *A pré-história da economia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLAUG, M. *Economic theory in retrospect*. Cambridge; London: Cambridge University Press, 1983.
- BLAUG, M. On the Historiography of Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, 12, 1990.
- BLAUG, M. No History of Ideas, Please, We're Economists. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 15, No. 1, 2001.
- BLAUG, M. ; VANE, H. *Who's Who in Economics*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2003.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000
- CARDOSO, J. L. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- CARDOSO, J. L. *Pensar a economia em Portugal. Digressões históricas*. São Paulo: Difel, 1997.
- CARDOSO, J. L. *História do pensamento econômico português. Temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- CORRY, B. Reflectons on the history of economic thought or 'a trip down memory lane'. In: MURPHY, A.; ENDERGAST, R. *Contributions to the History of Economic Thought. Essays in honour of R. D. C. Black*. London and New York, Routledge, 2000.
- COSTA, J. C. *A filosofia no Brasil. Ensaios*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- DOBB, M. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- DRAKE, P. *The Money Doctor in the Andes. The Kemmerer Missions, 1923-1933*. Durham: Duke University Press, 1989.
- FLANDREAU, M. (Ed.). *Money Doctors. The Experience of International Financial Advising, 1850-2000*. Londres: Routledge, 2005.
- GANEM, A. Reflexões sobre a história do pensamento econômico brasileiro. *Análise Econômica*, v.59, n.26, 2011.
- GREMAUD, A. P. *Das controvérsias teóricas à política econômica*. Tese (Doutorado em Economia) São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.
- HODGSON, G. *How Economics Forgot History*. London and NY: Routledge, 2001.

- HUGON, P. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, F. (org.). *As Ciências no Brasil*, v.2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KEYNES, J. N. [1890] *The Scope and Method of Political Economy*. Kitchener: Batoch Books, 1999.
- KLAES, M. Historiography. In: SAMUELS, W.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Eds) *A companion to the history of economic thought*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- LIMA, H. F. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- LIMA, H. F. *Três Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- MALTA, M. M. *Ecossistemas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, Centro Celso Furtado, 2011.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1985.
- MYRDAL, G. *Asian Drama: an Inquiry into the Poverty of Nations*. Nova York: Pantheon, 1968.
- MENGER, C. [1883] *Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics*. Nova York: New York University Press, 1985.
- O'BRIEN, D. P. History of economic thought as an intellectual discipline. In: MURPHY, A. & ENDERGAST, R. *Contributions to the History of Economic Thought. Essays in honour of R. D. C. Black*. London and New York, Routledge, 2000. (edição em e-book sem numeração de página).
- PAIM, A. [1967] *História das ideias filosóficas no Brasil*. Londrina: UEL, 1997.
- PAULA, J. A. Pensamento Econômico e História do Pensamento Econômico do Brasil. In: SAES, A. M.; RIBEIRO, M. A. R.; SAES, F. A. M. (Org.). *Rumos da História Econômica no Brasil*. v.1. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.
- PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E. A. G.; ALBUQUERQUE, E. M. Nações e estilos de economia política, *Revista de Economia Política*, v.27, n.3 (107), jul-set., 2007.
- PINHO, D. B. Economia política e a história das doutrinas econômicas, *Estudos Avançados*, v.8, n.22, São Paulo, 1994.
- ROMERO, S. [1888] *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- RONCAGLIA, A. *The Wealth of Ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SAES, F.; SAES, A. Difusão das ideias econômicas no Brasil: apontamentos teórico-metodológicos. *Informações Fipe*, junho de 2015.
- SAES, F.; SAES, A. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências e rupturas. *Informações Fipe*, março de 2016.
- SCHUMPETER, J. *História da Análise Econômica*. 1º Volume. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An Outline of the History of Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005

VIEIRA, D. T. A História da Ciência Econômica no Brasil. In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (Orgs.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU, Edusp, 1981.